A ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DA RIQUEZA FAMILIAR NO SUL DE GOIÁS, 1850-1910[1]

Hamilton Afonso de Oliveira
Doutor em História – UNESP/Franca
Professor do Curso de História da Universidade Estadual de Goiás – Unidade de Morrinhos-GO.

RESUMO - O objetivo central deste trabalho é fazer uma analise das fortunas e os bens adquiridos ao longo da vida pelas famílias que viviam na região sul de Goiás entre 1850-1910. Tratam-se, principalmente, de bens imóveis, semoventes, dívidas passivas e ativas e bens móveis importantes ou mesmo de fraco valor monetário. A partir de uma de 518 inventários *post-mortem* da região, pretende-se também mostrar que havia uma conexão da região sul de Goiás com região sudeste à medida que ocorre a interiorização dos trilhos da Estrada de Ferro Mogiana e Estrada de Ferro Goiás em direção à região Centro-Oeste, contribuíram para a ampliação do mercado consumidor e crescimento da produção agropastoril de Goiás a partir dos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX. A produção gradativamente passou a transcender a necessidades de abastecimento familiar e ocorreu um relativo crescimento do consumo de mercadorias industrializadas na região.

PALAVRAS-CHAVES: Goiás, riqueza material, família e região.

Em um contexto marcado por muitas dificuldades, devido à inexistência de meios de transportes eficientes, o que impossibilitava fácil acesso aos principais mercados consumidores e aos recursos técnicos localizados em áreas mais privilegiadas e próximas ao litoral, a maioria dos migrantes que ingressava ao sertão no final do século XVIII e durante o século XIX com esperança de tomar posse de novas terras. Provavelmente, esses sitiantes não as viam, como objeto que possibilitaria alcance imediato de riqueza, ainda mais se tratando de uma região em que a terra não tinha grande valor comercial.[2] A posse da terra neste contexto representava a possibilidade de sustento, manutenção e continuidade da família, bem como, possíveis vantagens econômicas imediatas que esta poderia trazer aos seus possuidores. Além disso, a posse poderia representar status e prestígio social perante em uma comunidade ou vila composta em grande parte por lavradores agregados sem terra. Porém, a sua exploração, para fins lucrativos, encontrava-

---

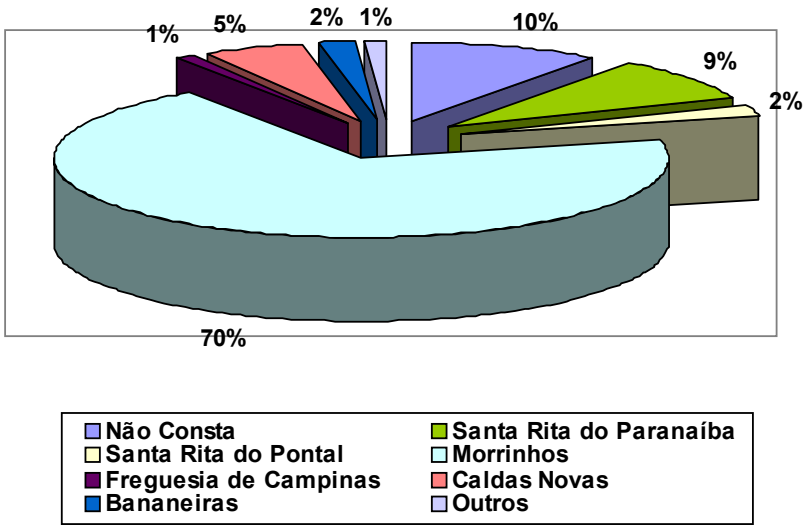
[1] Este trabalho representa parte do trabalho de Tese de Doutorado em História, defendida em agosto de 2006 na Universidade Júlio de Mesquita Filho - UNESP\FRANCA e de projeto de pesquisa em desenvolvimento intitulado História da Riqueza e do Consumo no Sul de Goiás – 1850-1930, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG, Edital 001\2008.

[2] O Goyaz informava que em 1914 as terras em quase todo o Estado de Goiás custavam de 100 a 300 réis a légua quadrada, enquanto que em São Paulo, o preço por hectare era de 16$000 mil réis e no Rio de 10$000 mil réis. PALACIN, Luís. Op. Cit. p.30 [...] Á época do censo em 1920, Goiás era o Estado do Brasil em que a terra valia menos: apenas 8$000 mil réis por hectare, enquanto que em São Paulo o valor médio já subia a 161$000 mil réis e no Rio 106$000 mil reis. PALACIM, Luís. *Os três povoamentos de Goiás*.Revista do Instituto Histórico Geográfico de Goiás. Ano 07 N.º08: Goiânia, 1979. Op. Cit. p.95.

se ainda muito restrita a algumas famílias, durante o século XIX, especificamente na região que corresponde atualmente ao sul de Goiás.

Dentre as famílias pioneiras e proprietários que se destacaram pela riqueza, propriedade e distinção perante a sociedade goiana da região sul, entre os anos de 1840 e 1870 destacaram-se: Correa Bueno, Martins da Veiga, Martins Assumpção, Rosa do Carmo, Gonzaga Menezes, Coelho de Siqueira, Sousa Rosa, Luis Guimarães, Rodrigues Paiva, Antônio de Barros, Mendes Moreira, Barbosa de Amorim, Araújo Moreira, Pereira Vargas, Mattos, Parreira. Dentre os patriarcas, cabeça de famílias, das informações obtidas do cruzamento de informações dos inventários post-mortem e dos registros de casamento, constatou-se que apenas o coronel Luiz Gonzaga de Menezes era pardo, vindo de São João Del Rei – Minas Gerais –, viúvo negociante de gado. Estabeleceu-se definitivamente em Goiás por volta da década de 1840; adquiriu propriedades na região de Caldas Novas e contraiu segundas núpcias com Rita Martins Parreira, de uma das famílias mais abastadas e proprietária de grandes extensões de terras na região, na década de 1850.

GRÁFICO – 1 PROCEDÊNCIA DOS INVENTARIADOS



Fonte: Escrivania de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos - GO. - inventários *post-mortem* de 1843-1910.

A pesquisa concentrou-se em Morrinhos, por ser a cidade mais antiga do sul de Goiás, cujo início do povoamento deu-se por volta do início do século XIX e elevou-se a Freguesia em 1835. Na primeira metade do século XIX surgiram os povoados de Santa Rita do Paranaíba, Caldas Novas, Pouso Alto (atual Piracanjuba), Santa Rita do Pontal (atual Pontalina) e Campinas (hoje, um bairro de Goiânia). As demais cidades da região sul

de Goiás que correspondem atualmente a um conjunto de 32 municípios, somente surgiram enquanto povoados e, posteriormente, cidades somente no século XX. Portanto, a cidade de Morrinhos abrangia durante o período estudado a atual região sul de Goiás[3]. Em um montante total de 544 inventariados, 70% declararam ser domiciliados em Morrinhos, em 10% não foi possível identificar o domicílio, 9% eram domiciliados no distrito de Santa Rita do Paranaíba, 5% no distrito de Caldas Novas, 2% em Bananeiras (atual Goiatuba) e Santa Rita do Pontal, 1% em Campinas e 1% em outras localidades.

Nos dados coletados foram observadas as seguintes variáveis: 1) Informação dos inventariados: ano, data do inventário, pasta e número do processo, seguido pelos nomes do inventariado e inventariante e, herdeiros, que foram classificados quanto ao sexo e idade produtiva;[4] 2) bens semoventes compreendendo todos os animais: os bovinos, suínos, cavalares, muares e, também escravos; 3) bens móveis que incluem todos os bens de uso doméstico, de trabalho no quintal e na roça, roupas e aviamentos, jóias, armas e diversos outros; 4) bens imóveis: terras, benfeitorias do terreiro, terrenos e casas na vila; 5) dívidas: distribuídas em ativos e passivos, destacando ativos de dotes e dívidas d'alma. Na planilha cada bem foi somado e, destacado a sua participação dentro das categorias de bens acima citadas, bem como sua participação no *monte-mór* total.

Para fins de análise, estabeleceu-se uma classificação das fortunas, de acordo com o valor do *monte-mór,* total da riqueza possuída por um indivíduo à época de seu inventário, que será um importante elemento para a compreensão e estudo da hierarquia social no sul de Goiás, do século XIX:

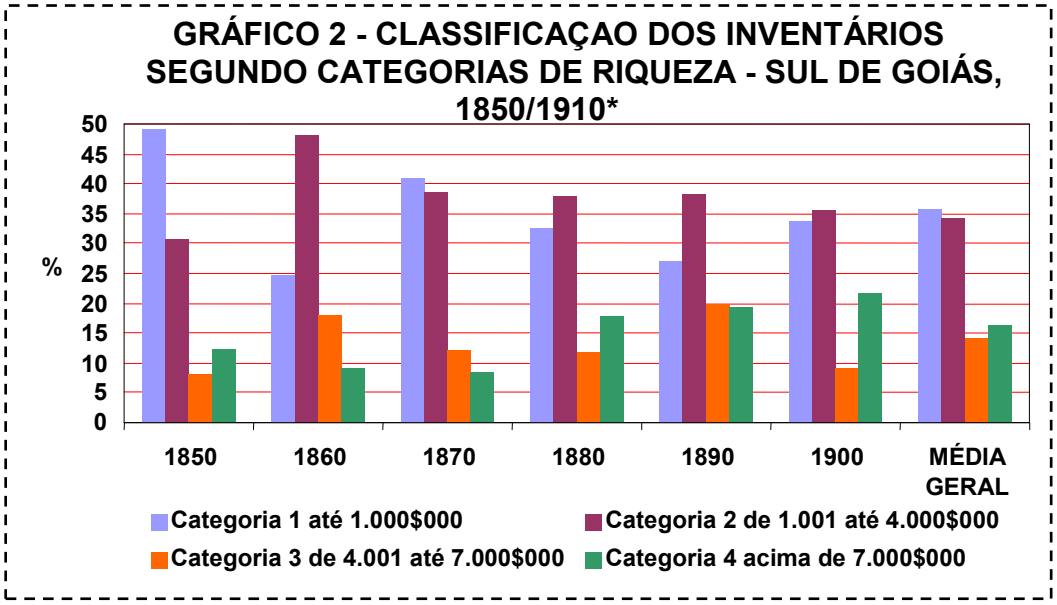
> o estudo da origem dos bens, da composição da riqueza privada e de sua gestão, nos possibilitará compreender a importância da herança, da poupança, do espírito de empresa ou especulação, interesse primordial dado à conservação do patrimônio ou, ao contrário, consumação do capital seja para sobreviver, seja para fazer face às despesas necessárias para conservar a posição da família[5]

Os inventariados foram classificados de duas formas: primeiro conforme o valor total do *monte-mór* distribuídos em quatro categorias de riqueza: categoria 1, até 1.000$000 (um conto de réis); categoria 2, de 1.001$000 a 4.000$000 (quatro contos de réis); categoria 3, de 4.001$000 a 7.000$000 (sete contos de réis); e categoria 4, inclui os

---

[3] Ver mapas 01 e 02.
[4] Acima de 15 anos considerados maiores.
[5] DAUMARD, A, BALHANA, A.P., WESPHALEN, C.M. e GRAF, M.E.C. *História Social do Brasil – Teoria e Metodologia*. Curitiba: Ed. Universidade Federal do Paraná, 1984.. p.31

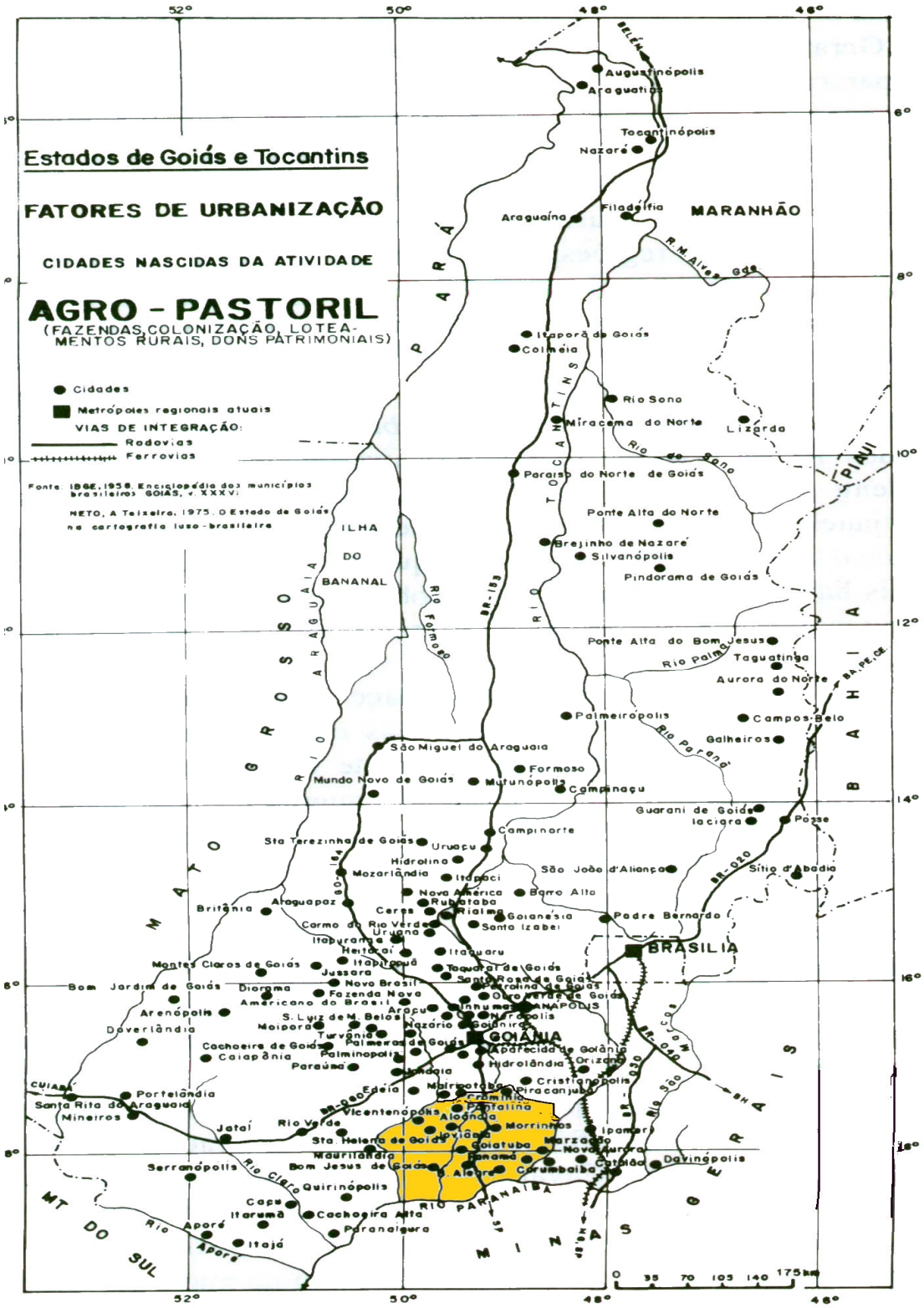
montes-mores acima de 7.000$000 (sete contos de réis) distribuídos em uma sucessão cronológica, conforme Gráfico 2.



Fonte: Escrivania de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos - GO. - inventários *post-mortem* de 1843-1910.
* Foram pesquisados 518 inventários e não foi levado em consideração o inventário do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes.

Durante o período de 1850 a 1910, apesar da inflação que provocou um gradativo aumento dos preços, sobretudo a partir da década de 1880, observa-se que a maioria absoluta, 70% dos inventariados, no suceder das décadas não possuía riqueza superior 4.000$000 (quatro contos de réis). Apenas 14,3% dos inventários possuíam um *monte-mór* entre 4.001$000 (quatro conto e um mil réis) e 7.000$000 (sete contos de réis) e, 16,4% possuíam riqueza acima de 7.000$000. Apesar de estes representarem a menor fatia do montante total dos inventários que foram pesquisados e analisados, concentravam a maior parte dos bens, principalmente escravos, rebanhos, terras e também o crédito. Tratava-se de pessoas que possuíam uma produção que ultrapassavam as necessidades básicas de sobrevivência. Esta era comercializada nos mercados internos e externo por meio, principalmente, de transações comerciais com a região do Triângulo Mineiro que era a porta de entrada e saída de mercadorias de Goiás.

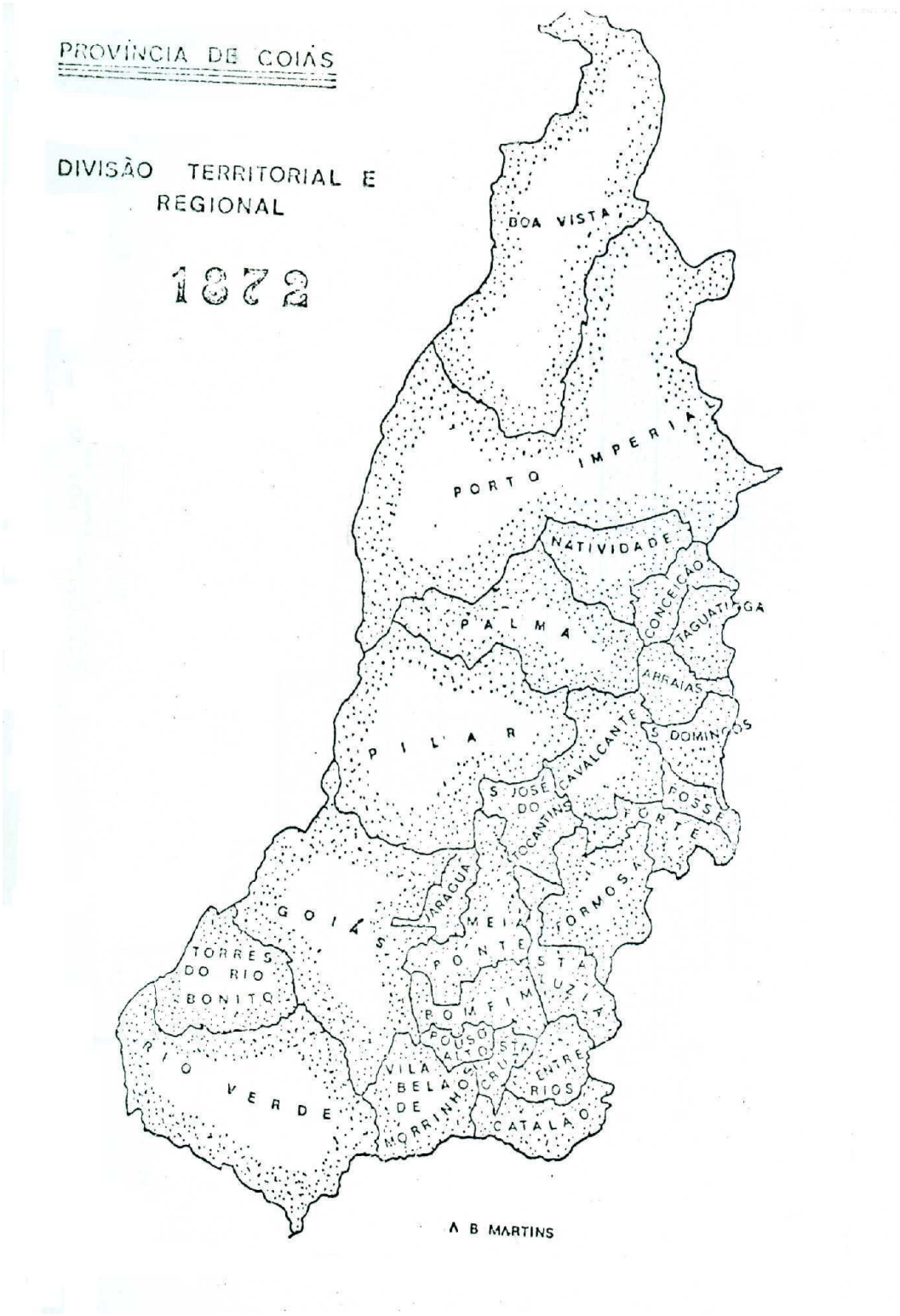
MAPA 1 – FATORES DE URBANIZAÇÃO: AS CIDADES GOIANAS NASCIDAS A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE AGROPASTORIL.



Fonte: GOMES, Horieste; NETO, Antônio Teixeira.*Geografia: Goiás/Tocantins*.CEGRAF/UFG: Goiânia, 1993. p.70

Região Sul Goiás compreendia aproximadamente entre os anos de 1871 a 1910, total região que se encontra de amarelo.

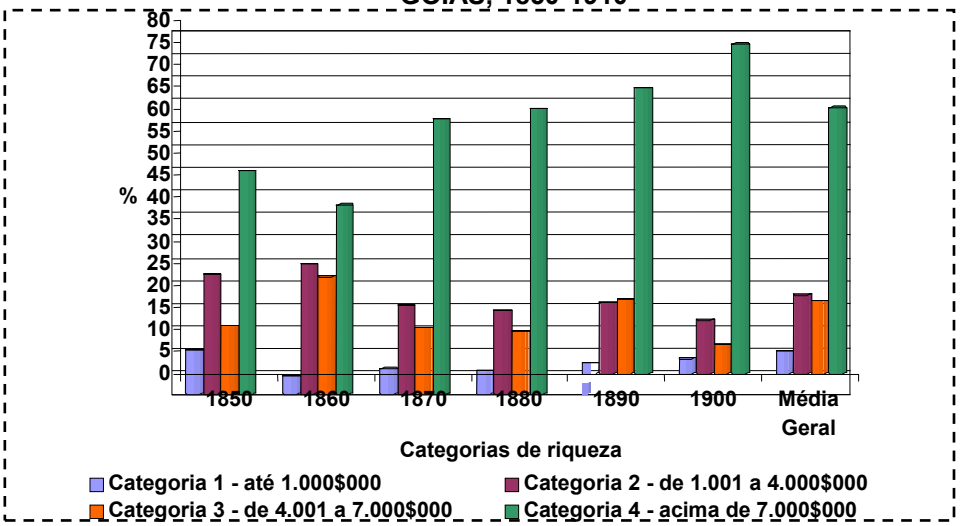
MAPA 2 – DIVISÃO TERRITORIAL E REGIONAL DE GOIÁS – 1872.



Fonte: FRANÇA, Maria de Sousa. Povoamento do Sul de Goiás: 1872-1900 – estudo da dinâmica da ocupação espacial. Dissertação de Mestrado apresentada no Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás em convênio com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. UFG: Goiânia, 1975.(mimeo.) p.179.

Desde o início da ocupação da região sul de Goiás, ocorreu uma tendência à concentração da riqueza e propriedade nas mãos de poucos, como podemos verificar no Gráfico 3. Os inventariados classificados na categoria 1 detinham em média apenas 5% dos bens inventariados; os classificados na categoria 2, 17,8%; os da categoria 3, 16,5%; e, na categoria 4 apesar de representar o menor número no montante de inventariados concentravam 60,3% da riqueza inventariada entre os anos de 1850 e 1910.

GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA NO SUL DE GOIÁS, 1850-1910



Fonte: Escrivania de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos - Go. - inventários *post-mortem* de 1843-1910.

Os dados apresentados nos inventários *post-mortem* entre os anos de 1850 a 1910, conforme se apresentam no Gráfico 3, ao longo do período mostram a ocorrência na região sul de Goiás de um processo de concentração da riqueza à medida que se intensificou a migração, e uma relativa dinamização economia regional impulsionada pelo crescimento econômico da região sudeste, sobretudo, da Província de São Paulo durante égide da agricultura cafeeira no último quartel do século XIX. Os inventários mais ricos geralmente eram dos que possuíam as maiores propriedades e os maiores rebanhos, fazendas e sítios bem estruturados com currais, rego d'água, monjolo, pastos, casas assoalhadas e cobertas de telhas e casas com engenhocas, além de possuir um maior volume de dívidas ativas e passivas.

Os mais ricos já concentravam na década de 1850, 49,1% da riqueza e, na década de 1900 detinham 74,7%, não tendo sido levado em consideração, no conjunto dos dados, o inventário do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes que possuía sozinho 72,2%

da riqueza inventariada no período, que se fosse acrescida, elevaria a porcentagem de concentração da riqueza a 92,8. Na década de 1900, em uma amostra de 101 inventários, 78% dos inventariados reuniam apenas 7,2% da riqueza inventariada. A concentração da riqueza estava relacionada predominantemente às formas de ocupação da terra, que se caracterizaram pela exploração extensiva. Tal situação foi determinante para o crescimento de uma economia latifundiária.[6]

Além de concentrar a riqueza e o crédito, o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes foi também o maior latifundiário. Maria Lúcia Alencar ao estudar a estrutura fundiária em Goiás destacou em seu trabalho que o coronel Hermenegildo entre os

> anos de 1871 e 1901 adquiriu somente em Morrinhos, 27 propriedades investindo um valor de 39.272$000 contos de réis nestas propriedades, o que correspondia a mais 20% dos investimentos em terra na região sul de Goiás, no período. Em 1901 comprou de D. Anna Maria Parreira e sua filha, Maria Francisca Pinheiro Medeiros um sítio com benfeitorias na fazenda Paraíso, além de outros imóveis na fazenda Cachoeira, bem como diversas partes de terras nas fazendas Vera Cruz, Barreiro e Bom Jardim, perfazendo um valor total de 12.530$000 contos de réis que era devido pelas vendedoras. Em 1902 comprou de João Evangelista Guimarães uma parte de terras, com sítio e pertences na fazenda São Domingos por 8.000$000 contos de réis. Fez também, vultosos investimentos em Rio Verde, onde em 1904 comprou do tenente coronel Jeronymo Vasconcellos de Moraes e sua mulher Cândida do Carmo Moraes, a fazenda Ponte da Pedra, pelo valor de 50.000$000 contos de réis. Na mesma data ampliou as terras da fazenda Ponte da Pedra comprando a fazenda do Estreito, de diversos proprietários, no valor de 10.000$000contos de réis."[7]

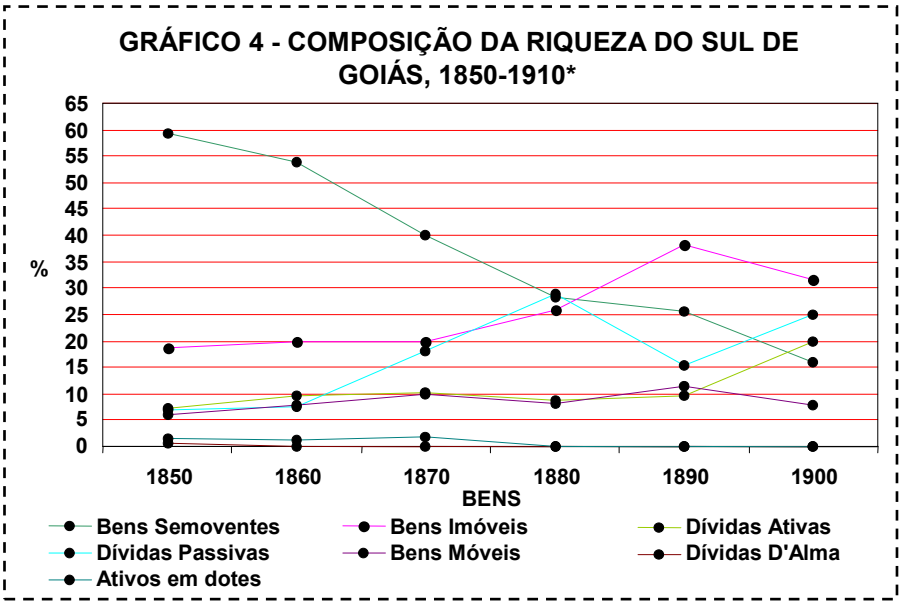
Ao falecer em 1905, todas suas propriedades foram avaliadas em 256.045$810 contos de réis, o que correspondia a 14,4% do seu *monte-mór*. Levando em consideração que, o preço médio do hectare de terra em Goiás era, em 1905, em média de $720 réis o hectare, é possível estimar que o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes possuía em torno de 355.620 hectares de terras.

Por ser uma região tipicamente agrária, os principais bens que constituíam a riqueza familiar no sul de Goiás eram: os bens semoventes que incluíam os animais e escravos; os bens móveis abrangem todos os utensílios de uso doméstico e mais as diversas ferramentas de trabalho como enxadas, foices, machados, carros de bois, alambiques, armas; os bens imóveis que foram classificados em terras, benfeitorias do terreiro e casas e

---

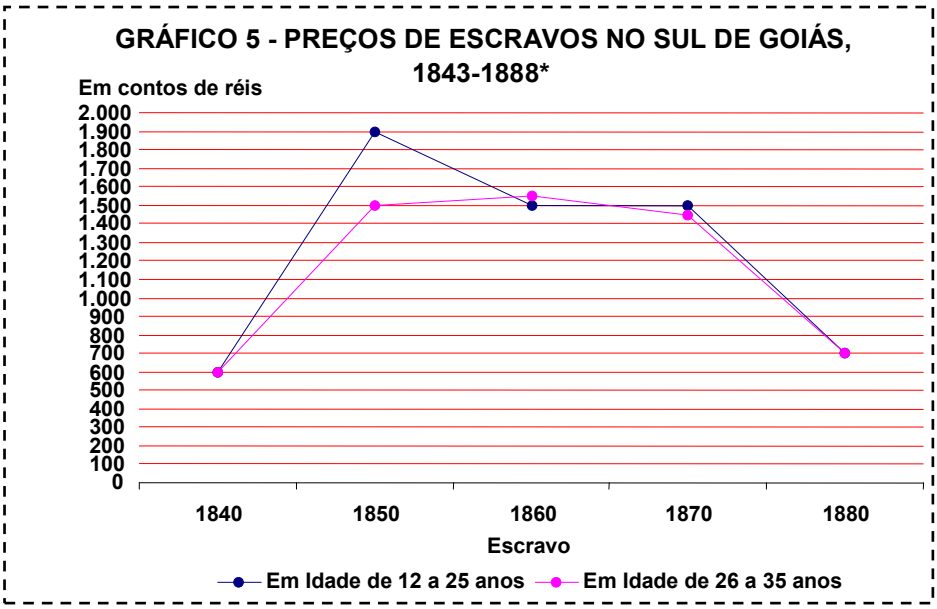
[6] FRANÇA, 1975 p.21
[7] ALENCAR LUZ, p.105-114

terrenos na vila; e por fim, as dívidas distribuídas nas seguintes modalidades: ativas, passivas, d'alma e dotes, conforme se observa no Gráfico 4:



Fonte: Escrivania de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos - GO. - inventários *post-mortem* de 1843-1910.
* A Quantidade de inventários encontram distribuídos da seguinte forma: 1851-1860 são 47; 1861 a 1870 são 75; 1871 a 1880 são 85; 1881 a 1890 são 92; de 1891 a 1900 são 120; e de 1901 a 1910 são 101, perfazendo um total de 520 inventários.

Na segunda metade do século XIX, foram os bens semoventes que mais tiveram destaque e participação na riqueza familiar, mas entraram em gradativo declive a partir da década de 1860. Dentre os bens semoventes, os escravos eram um componente muito significativo, apesar de não existirem no sul de Goiás grandes plantéis. A participação dos cativos não estava relacionada diretamente ao número presente no *monte-mór,* mas, aos seus preços que tiveram o valor nominal sobrevalorizado, sobretudo, na década de 1850. Com o fim do tráfico negreiro, os escravos inventariados acabaram alcançando as maiores avaliações nas décadas de 1850 e 1860 e, a partir da década de 1870, os preços começaram a declinar gradativamente, sobretudo com a publicação da Lei do Ventre Livre em 1871 e com a promulgação da Lei dos Sexagenários de 1885, até à promulgação da Lei Áurea em 1888 que determinou o fim da escravidão no Brasil. Portanto, a participação dos bens semoventes no montante da riqueza familiar do sul de Goiás, também foi diminuindo com o declínio e o fim da escravidão, passando a representar na década de 1900 apenas 15,8% da riqueza inventariada no período.



Fonte: Escrivania de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos-GO. - inventários *post-mortem* de 1843-1888.
*Foi considerada a maior avaliação no período.

Os preços dos escravos na região sul de Goiás tiveram o período de maior pico na valorização nominal dos seus preços durante a década de 1850, quando um escravo em uma faixa etária de 12 e 25 anos chegou a ser avaliado em 1.900$000 (um conto e novecentos mil réis). Os preços de escravos em uma faixa de idade de 12 e 35 anos se estabilizaram nas décadas de 1860 e 1870 entre 1.450$000 a 1.550$000 contos de réis. Desta forma, a participação dos escravos na riqueza familiar do sul de Goiás estava relacionada com o movimento geral dos preços. De 1850 a 1870, a participação dos escravos na riqueza familiar foi muito expressiva, porém, a partir da década de 1870 os escravos gradativamente foram deixando de ser os principais bens de valor nos *montes-móres*, dando lugar à crescente participação dos bens imóveis, sobretudo, terras e benfeitorias e às dívidas passivas e ativas. Embora, no conjunto da riqueza inventariada a contribuição de participação dos animais fosse menor que outros bens, como a terra, a partir de 1870 devidos ao aumento dos preços e o crescimento do rebanho e do número de criadores, o gado também adquiriu uma relativa e ascendente participação na riqueza.

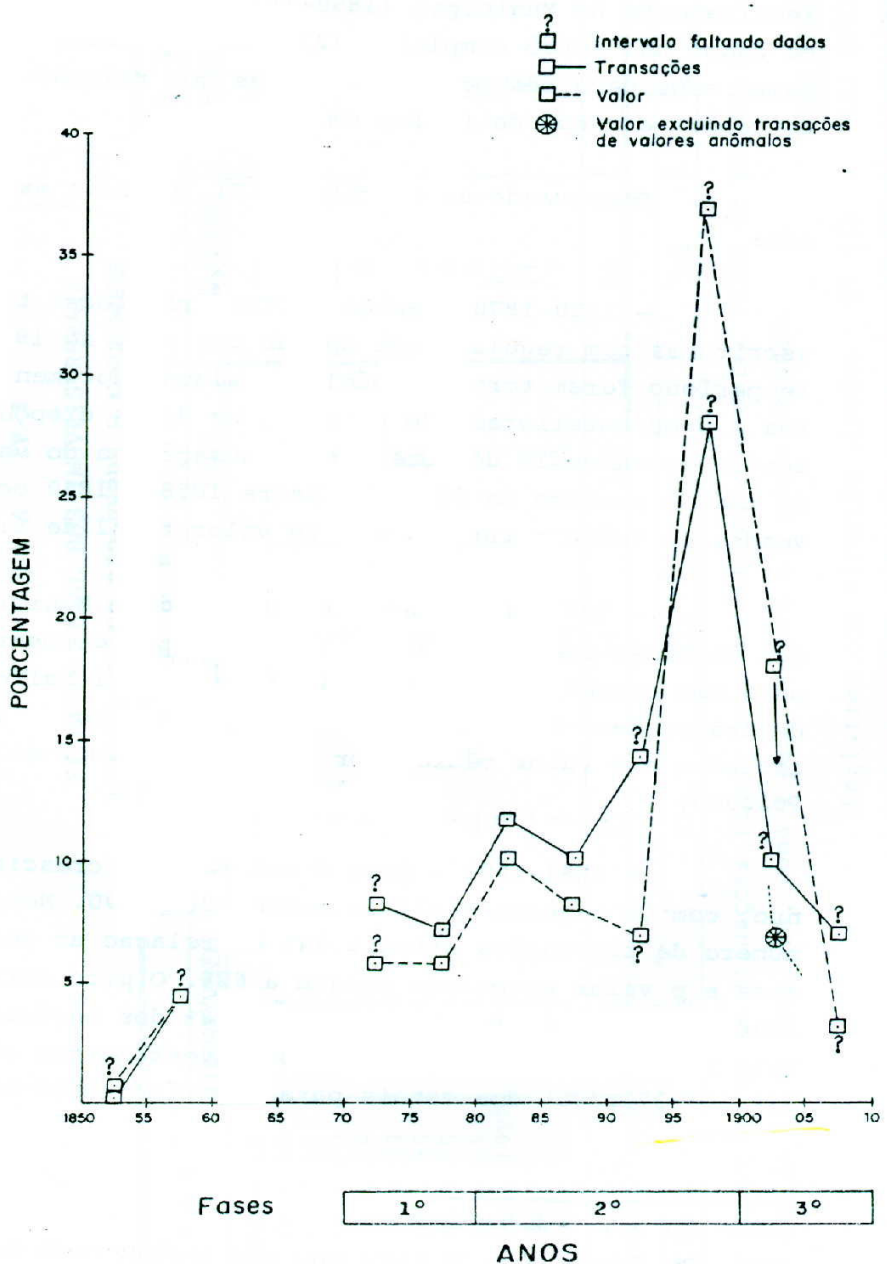
Os bens imóveis, ao contrário, que tinham uma participação na riqueza familiar na década de 1850 de 18,7%, chegaram a representar, na década de 1890, 38,3% da riqueza inventariada. A terra, da mesma forma que o gado, também deve ter passado por valorização nos preços a partir da década de 1870. Dentre os fatores que podem ter contribuído para a valorização das terras no último quartel do século XIX, podem estar

relacionados às melhorias na comunicação provocadas primeiramente com a construção da estrada do sul ou de São Paulo em 1870, que acabou contribuindo significativamente para o crescimento do fluxo migratório para o sul de Goiás. E em segundo lugar, a construção da ponte Afonso Pena sobre o Rio Paranaíba, no Porto de Santa Rita do Paranaíba (Itumbiara) e pela interiorização da estrada de ferro que em 1889 já se encontrava em Uberaba, no Triângulo Mineiro, bem como, a perspectiva de extensão de seus trilhos até a cidade de Catalão.

As pesquisas desenvolvidas por Maria Amélia de Alencar Luz, que analisou a estrutura fundiária nas Comarcas de Goiás, Morrinhos e Rio Verde, mostraram que, na segunda metade do século XIX e primeira década do século XX, ocorreu um crescimento nas transações de compra e venda de terras, nestas três regiões, sobretudo, na década de 1890. O crescimento do comércio de terras deve ter provocado uma relativa valorização em Goiás, principalmente, na região sul e sudeste que eram regiões mais próximas aos terminais da Estrada de Ferro Goiás, onde se verificou um maior número de transações fundiárias entre os anos de 1850 a 1910, conforme os Gráficos 6 e 7.[8]

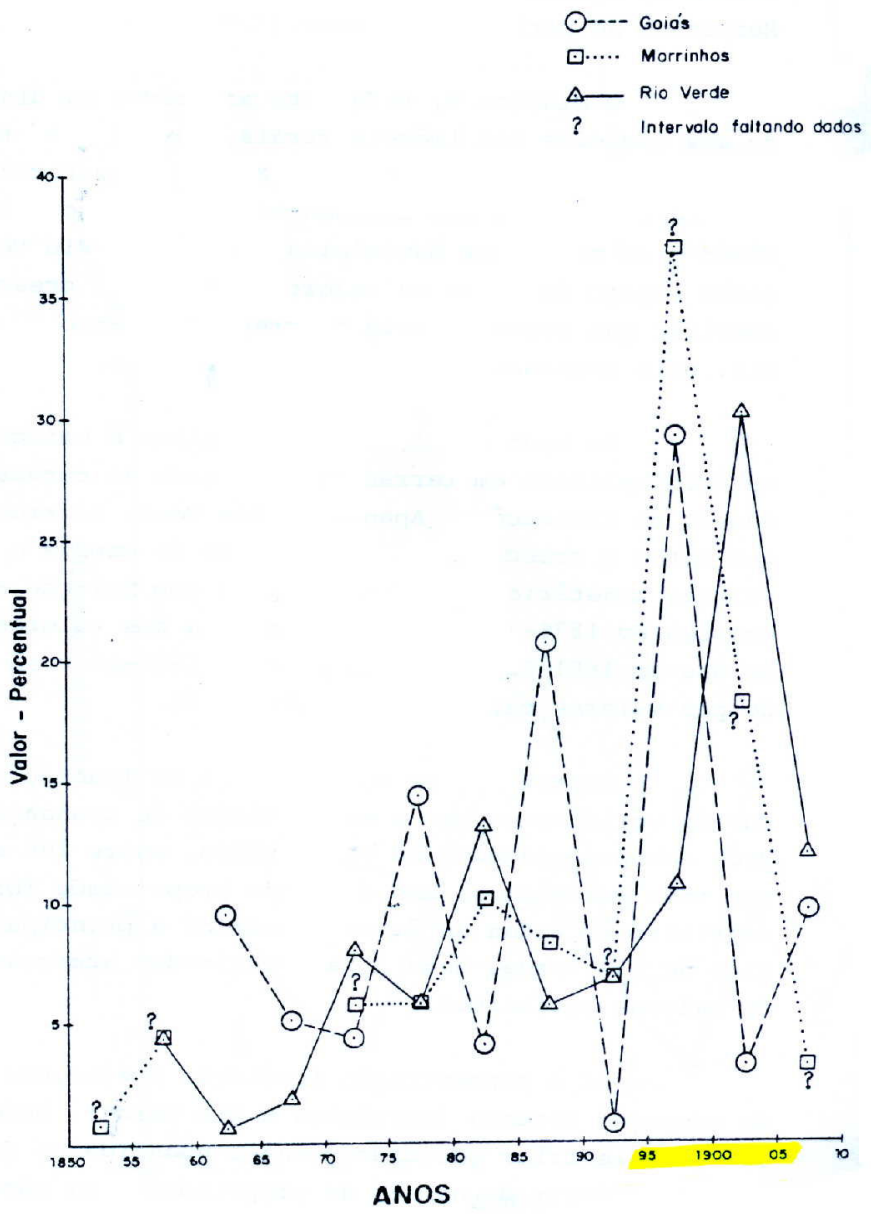
[8] ALENCAR LUZ,1982.

GRÁFICO 6 – TRANSAÇÕES FUNDIÁRIAS E VALORES NA REGIÃO SUL DE GOIÁS, 1850-1910.



Fonte: LUZ, Maria Amélia de Alencar. *Estrutura Fundiária em Goiás: consolidação e mudanças – 1850-1910.* Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG, 1982.p.113.

GRÁFICO 7 – COMPARATIVO DO VALOR DAS TRANSAÇÕES FUNDIÁRIAS ENTRE CIDADE DE GOIÁS, RIO VERDE E MORRINHOS, 1850-1910



Fonte: LUZ, Maria Amélia de Alencar. *Estrutura Fundiária em Goiás: consolidação e mudanças – 1850-1910.* Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG, 1982.p.125.

De acordo com os estudos de Alencar Luz,

> o volume maior de transações e volume de capitais investidos na compra e venda de terras em Morrinhos, no sul de Goiás, ocorreram entre os anos de 1881 a 1900. Nesse período o número de transações atingiu 64% em relação ao período de 60 anos. O período de maior pico nas transações comerciais da terra se deu entre os anos de 1896 a 1900, quando foram

> realizados 28% dos negócios com imóveis rurais, envolvendo em torno de 37% dos capitais investidos em terras entre 1850 a 1910."[9]

Nas três regiões estudadas: Morrinhos (região sul), Rio Verde (região sudoeste) e Goiás (centro), Maria Amélia Alencar Luz, percebeu que, tanto o volume de transações fundiárias, como a quantidade de dinheiro envolvido no seu comércio teve uma participação crescente entre os anos de 1850 a 1910, sobretudo, na década de 1890 quando ocorreu o maior volume de negócios com terras em Goiás.[10]

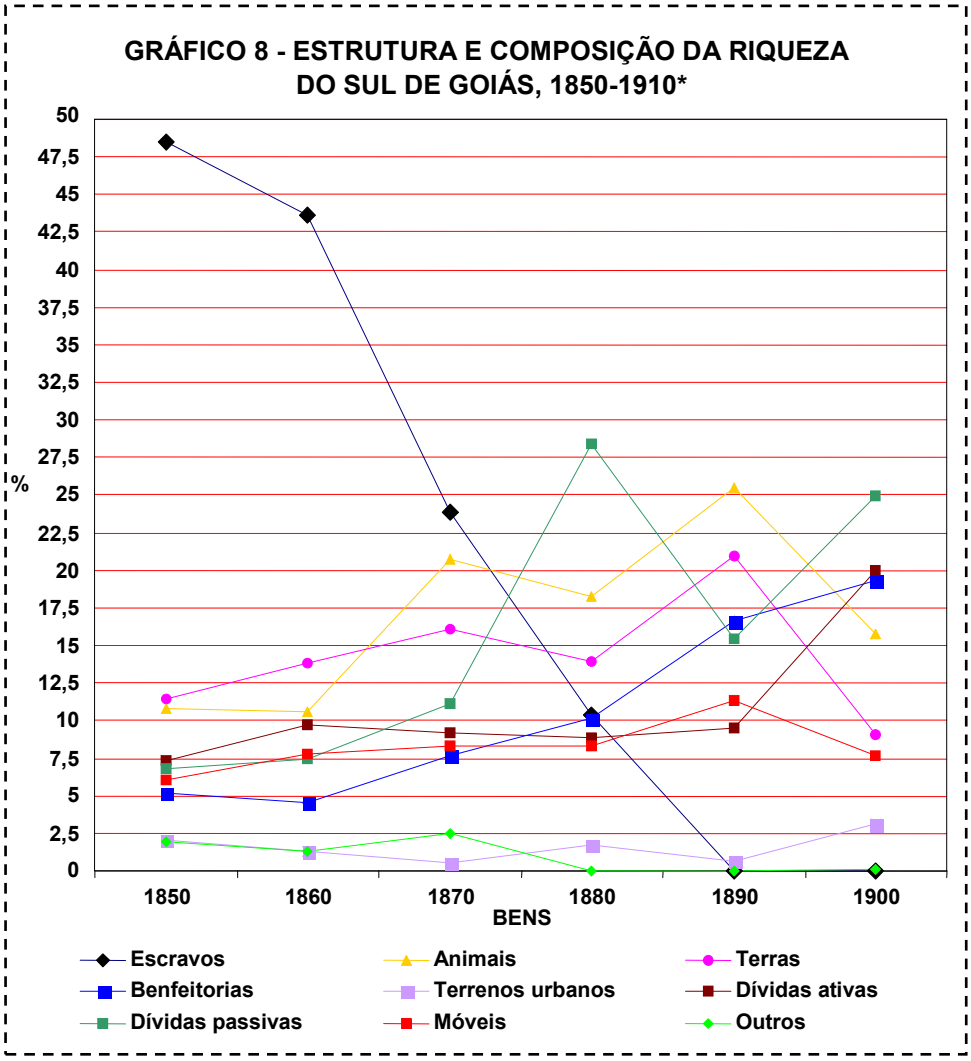
Esse crescimento no volume das transações e de dinheiro aplicado na compra de terras na década de 1890, também não deixa de estar relacionado ao crescimento do volume de papel moeda que passou a entrar circulação durante o Império e, sobretudo, nos primeiros anos da República com o encilhamento. Em Goiás grande parte destes recursos se concentrava nas mãos de alguns indivíduos, que os aplicavam em empréstimos de dinheiro a juros e recebiam as dívidas em bens, sobretudo terras. Diante das expectativas favoráveis de sua valorização a médio e longo prazo aplicava parte dos recursos neste imóvel, o que provavelmente deve ter contribuído para a valorização das terras na década de 1890. Na década de 1900, ao contrário, ocorreu uma depreciação nos preços das terras, da mesma forma que aconteceu com os preços do gado, decorrente de medidas deflacionistas implementadas a partir do governo de Campos Sales (1898-1902). Esses fatores podem explicar, conforme Gráficos 6 e 7, porque ocorreu ao longo do período de 1850 a 1910 elevações da participação dos bens imóveis na riqueza familiar que chegou a atingir em 38,3% da riqueza na década de 1890, enquanto na década de 1900 a sua participação retrocedeu a 31,5%, acompanhando a tendência de depreciação geral dos preços ocorrida no Brasil, no período, que repercutiu também em Goiás.[11]

---

[9] ALENCAR LUZ, 1982:113-114.

[10] ALENCAR LUZ,1982

[11] Maria Amélia Alencar Luz, estima que a valorização das terras em Morrinhos, no Sul de Goiás, alcançou o pico de maior valorização no período de 1896-1900, mas, não ultrapassou a 18% em relação ao período anterior. Coincidentemente, a participação dos bens imóveis na riqueza familiar caiu 18% na década de 1900 em relação à década de 1890.



Fonte: Escrivania de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos - Go. - inventários *post-mortem* de 1850-1910.
*Não foi considerado na década de 1900, para efeito de análise, o inventário do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes.

No Gráfico 8 estão especificados os bens que constituíam a estrutura da riqueza familiar na região sul de Goiás entre os anos de 1850 e 1910. Com o fim da escravidão em 1888, os principais bens que passaram a agregar valor e gerar riqueza e, conseqüentemente, atraíram os maiores investimentos foram a terra e os animais, com destaque para criação de gado vacum. Por serem também mercadorias, estes bens tiveram a sua participação na riqueza igualmente relacionada com o movimento geral dos preços ao longo do período. Em épocas em que os preços dos animais, terra e escravos estavam em alta ou em baixa, os mesmos movimentos são perceptíveis na participação dos *monte-móres*.

Desta forma, o rebanho que tinha uma participação de 10,8% chegou a ter uma presença de 25,5% na riqueza na década de 1890, em um momento em que todos os

animais sofreram um aumento geral de preços. Na década de 1900, ao contrário diante da depreciação geral, a participação dos animais na riqueza caiu para 15,8%. Da mesma maneira, a terra – embora não tivesse sido possível fazer um acompanhamento em série dos preços nos inventários *post-mortem*, devido à ausência da discriminação do tamanho das propriedades –, pode-se concluir que, entre os anos de 1880 a 1900, deve ter sofrido também uma alta em torno de 18%. As terras que eram responsáveis por 11,5% da riqueza inventariada na década de 1850, mantiveram uma taxa crescimento estáveis até a década de 1880 e, em 1890, correspondiam a 21% da riqueza inventariada. Na década de 1900, representava apenas 9,1% da riqueza, mas em compensação, as chamadas benfeitorias do terreiro ao longo do período tiveram uma participação sempre ascendente, desde a década de 1860 até 1900, saltando de 4,5% para 19,3% de participação na riqueza. As expectativas trazidas pela chegada da estrada de ferro no Triângulo Mineiro e a possibilidade dos trilhos chegarem a Goiás, possivelmente contribuíram para estimular o aumento de investimentos na infra-estrutura das fazendas, diante da possibilidade de maior diversificação da produção e dinamização das atividades agropastoris. Desta forma, investimentos em benfeitorias como currais, ampliação de áreas de pastagens e de cultivo, cercadas de arame pode ter sido determinantes também, na valorização dos imóveis rurais e crescimento da produção. A década de 1890, de acordo com os dados apresentados no transcorrer deste trabalho, foi um período de grandes esperanças, sobretudo, em relação à pecuária com o sucessivo avanço dos preços do rebanho.

Percebeu-se também que no período, o crescimento do volume de dívidas passivas, e seu movimento nos *montes-mór* estavam relacionados ao desenvolvimento, dinamização e capitalização da economia, bem como, aos momentos de instabilidade econômica e política do país, que tiveram seus reflexos na riqueza individual. Conforme se pode observar no Gráfico 8, a participação dos animais na riqueza familiar ao longo do período estudado é descontínua: nas décadas de 1850 e 1860 era de 11%; na década de 1870 atingiu 21%; reduziu-se para 18% em 1880; na década de 1890 chegou a representar mais de 25%; na década de 1900, a participação dos animais representava apenas 16% da riqueza inventariada. A presença da terra foi crescente na riqueza entre as décadas de 1850 e 1870, saltando de 12% em 1850 para 16% em 1870; na década de 1880, ficou reduzida a 14%; na década de 1890 as terras representavam cerca de 20% da riqueza; já na década de 1900 correspondia apenas a 9% dos *monte-móres*.

Nesta dança dos preços e da participação dos bens na riqueza, os dados revelam que, nos momentos em que a participação das dívidas passivas cresce os demais bens, sobretudo, a terra, os animais e os móveis decrescem como ocorreu na década de 1880, quando o passivo chegou a representar cerca de 30% da riqueza inventariada. Na década de 1890, percebe-se que ocorreu o inverso: a participação dos bens imóveis, móveis e animais cresceram e as dívidas passivas decresceram a 15,3%; novamente na década de 1900, houve uma inversão, as dívidas passivas representavam 25% dos *monte-móres* e os demais bens tiveram uma presença decrescente.

Desta forma, se por um lado, o período compreendido entre as décadas de 1880 e 1900, foi marcado por grandes instabilidades na economia nacional e que conseqüentemente, acabaram repercutindo em Goiás, por outro, também o movimento das dívidas ativas, relacionou-se mais diretamente com o crescimento das possibilidades de crédito, com a injeção de um volume maior de papel moeda em circulação, crescimento do consumo da população e, conseqüentemente, uma dinamização da economia.

Com a interiorização da estrada de ferro, sobretudo a partir de 1890, a sociedade goiana passou a ter a possibilidade de consumir um volume maior de mercadorias, oriundas da região sudeste e até de outros países, que se tornaram mais acessíveis às populações interioranas, o que provavelmente deve ter estimulado o desenvolvimento de novos hábitos de consumo como, por exemplo, o de tecidos produzidos na Europa, sapatos, arame, máquinas de costura, relógios de parede, moinho de moer café, lampiões a gás, lamparinas de querosene que passaram a ser comercializados com relativa freqüência nos estabelecimentos e, gradativamente, passaram a fazer parte do mobiliário e da vida cotidiana, especialmente, das famílias de médias e grandes fortunas na região sul de Goiás, já a partir da década de 1870. Estes artigos começaram desde então a compor os bens móveis de algumas famílias, o que contribuiu para o crescimento da participação destes na riqueza familiar, passando de 6% na década de 1850 e, saltando para mais 10% na década de 1890. Mesmo possuindo uma estrutura econômica agrária predominantemente extensiva, voltada para o abastecimento familiar e local, a economia goiana não deixava de ter certo dinamismo e de estar integrada aos circuitos comerciais mais amplos.

Provavelmente, por ser uma região predominantemente agrária, investimentos em casas e terrenos urbanos, pelo que foi observado nos inventários eram raros. A maioria absoluta da população residia no campo e freqüentava a Vila apenas aos domingos e dias

santos e, em ocasiões de comemorações e de festividades religiosas ou, ainda, quando necessitavam de fazer compras nos estabelecimentos comerciais. A participação dos terrenos urbanos na riqueza familiar era ínfima, de 2,5%, na década de 1900, o que atesta que o grosso dos investimentos em bens imóveis estava no campo.

A prática do dote aparecia com pouca freqüência nos inventários e, geralmente aparecem entre as famílias brancas e mais abastadas, detentoras de patentes da Guarda Nacional e, procedentes do primeiro movimento migratório de ocupação e povoamento que chegaram à região antes de 1870. Em um total de 536 inventariados os dote apareceram em apenas dez, no período compreendido de 1843 e 1910. A participação dos ativos em dotes na riqueza familiar era ínfima: 0,6% na década de 1850 e 1,8%, em 1880. Após esse período foi encontrada apenas uma única referência a ativos de dote, nos inventários.[12] Da mesma forma, as dívidas d'alma que abrangiam as despesas com funerais, doações e ofertas à Igreja, que não chegavam a 1%, depois de 1880, também deixaram de ser declaradas pelos inventariantes.

Apesar de haver um número relativamente reduzido de escravos por proprietário, estes possuíam uma participação muito significativa nos *monte-móres* dos inventariados, por serem de alto valor em uma economia agrária extensiva. A posse de apenas um escravo poderia representar uma participação preponderante na composição geral da riqueza, sobretudo, nas décadas de 1850 e 1860 quando ocorreu uma supervalorização dos escravos, decorrente do fim do tráfico negreiro. Conforme se observa no Gráfico 4.8, os escravos representavam, na década de 1850, 48,5% da riqueza; na década de 1860, 43,3%. A partir da década de 1870, com a intensificação da campanha abolicionista, os preços dos escravos começaram a cair e conseqüentemente a sua participação na riqueza também se reduziu para a 19,1% da riqueza; na década de 1880 a participação dos escravos na estrutura da riqueza familiar era de apenas 10,5%.

Por fim, talvez por se tratar de uma região de estrutura agrária, o sul de Goiás, ao longo do período estudado, não chegou a passar por profundas mudanças estruturais em sua economia e na estrutura da riqueza familiar. Da mesma forma, também não havia grandes disparidades nos bens que compunham a estrutura e composição da riqueza familiar entre os quatro grupos de riqueza analisados. Exceto, por uma inequívoca concentração da pouca mão-de-obra escrava disponível e do volume de dívidas ativas e

---

[12] A última referência a dote apareceu no inventário de Ernesto Augusto Ferreira Lewergger, datado de 13/10/1909, pasta 27 processo n.º154.

passivas, entre as famílias mais abastadas. Comparando, no período de 1850 a 1910, os gráficos que envolvem as quatro categorias de riqueza, foram perceptíveis que qualitativamente os principais bens que constituíam a riqueza familiar eram os mesmos, desde os inventariados mais pobres aos mais ricos. As grandes diferenças se manifestam no aspecto quantitativo, como por exemplo, a terra, o gado, os animais e o crédito que se concentram em maior quantidade entre os mais abastados e que também produziam um excedente que transcendia às necessidades básicas da família, e que, portanto, acabavam estabelecendo relações com mercados de maiores proporções, tanto no aspecto qualitativo quanto quantitativo.

REFERÊNCIAS

DAUMARD, A, BALHANA, A.P., WESPHALEN, C.M. e GRAF, M.E.C. *História Social do Brasil – Teoria e Metodologia*. Curitiba: Ed. Universidade Federal do Paraná, 1984.

FRANÇA, Maria de Sousa. Povoamento do Sul de Goiás: 1872-1900 – estudo da dinâmica da ocupação espacial. Dissertação de Mestrado apresentada no Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás em convênio com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. UFG: Goiânia, 1975.

GOMES, Horieste; NETO, Antônio Teixeira.*Geografia: Goiás/Tocantins*.CEGRAF/UFG: Goiânia, 1993.

LUZ, Maria Amélia de Alencar. *Estrutura Fundiária em Goiás: consolidação e mudanças – 1850-1910.* Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Goiás.Goiânia: UFG, 1982.

PALACIM, Luís. *Os três povoamentos de Goiás*.Revista do Instituto Histórico Geográfico de Goiás. Ano 07 N.º08: Goiânia, 1979.